

14 JUL 1985

CORREIO BRAZILIENSE

# O programa de governo

Sarney

Já não há mais dúvidas de que o calendário oficial reserva para o próximo dia 22 uma posição de destaque. Nessa data o Presidente José Sarney deverá fazer um pronunciamento à Nação para anunciar o seu programa de governo no período 1985-1988. O último elo para fechar a série de avaliações promovidas pelo Chefe da Nação dar-se-á no dia 19, quando serão recebidos coletivamente, no Palácio da Alvorada, todos os Governadores que, num ato de solidariedade, estarão endossando a postura que o Brasil vai assumir perante os nossos credores internacionais.

Até o final de agosto deverão estar concluídos os preparativos para os novos turnos de negociações junto ao FMI, com vistas ao estabelecimento dos ajustes com os bancos credores. Um combate responsável à inflação e à sustentação de uma taxa de crescimento ao redor de 5% constituem propostas inarredáveis e propósitos irrecusáveis a serem adotados pelas autoridades brasileiras.

Existe uma programação de austeridade nos gastos públicos, consolidada através de uma crítica apropriação de recursos, vazada nos cortes da administração federal. Quer nos órgãos centrais, quer nas unidades descentralizadas, com as indispensáveis complementações dos aumentos nos impostos e taxas, além dos limites para disciplinar a expansão do meio circulante.

O Poder Executivo tem plena consciência da seriedade que deve presidir os contatos com as autoridades internacionais do FMI,

bem como dos limites protocolares dos entendimentos que se processam normalmente, nos estágios de preparação. Por isso mesmo o Banco Central mantém uma estreita linha de entendimentos. Não há espaços para o improvisado e nem teria sentido desembarcar em Washington com pilhas e pilhas de dados para oferecê-los, à aprecação, à primeira vista. Todo um processo de informação já está desenvolvido, à espera tão-só de pequenos ajustes. O Brasil sabe o que pretende oferecer e o FMI, por seu turno, já se definiu pelo que pode exigir.

As linhas gerais de atuação do governo Sarney serão conhecidas pelo País no próximo dia 22. Suas prioridades acentuam uma opção pelos pobres, com destaques voltados, ainda, para obras de infraestrutura no Nordeste, entre as quais avultam a irrigação extensiva, a habitação rural, a reforma agrária.

O Presidente da República, diante das normas de comportamento do FMI, depois de ter esgotado em nível interno toda uma programação financeira, com vistas às exigências desse organismo internacional, vai mostrar ao País o que se propõe a fazer e até onde pretende negociar. Desde que a missão do FMI voltou para a capital dos Estados Unidos, em meados do mês de junho, estão de posse das autoridades brasileiras os dados de complementação a fim de completar os pré-requisitos para negociar um programa. Ninguém está caminhando no escuro. Se o Presidente Sarney houve por bem acolher tais

sugestões, tudo será dito no próximo dia 22, quando se dará a palavra final, idêntica àquela que os negociadores do lado brasileiro irão levar à consideração do Fundo Monetário Internacional.

As situações já revertidas no plano inflacionário, com a sustentação dos índices mensais, postos ao redor de 7%, a manutenção dos saldos da balança comercial, além das providências no campo financeiro, contendo despesas e ampliando a receita pública, são pontos a considerar como bons e válidos. De outra parte, o Governo vem-se impondo perante a opinião pública, mediante provas reiteradas de vontade de acertar, numa busca permanente de correção e salvaguarda do interesse comum nos atos de gestão.

Já não se discute a solidariedade do povo aos atos conjuntos. Embora não manifestada de forma maciça, a compreensão popular vem num crescendo perfeitamente identificável, na exata medida em que se ampliam os dias de presença da Nova República na condução dos negócios de Estado.

E para essa grande platéia que o Presidente Sarney vai falar no dia 22, dando um testemunho do que já foi feito e do que deverá ser feito. Uma fala maior onde, pela primeira vez, perante a Nação, o Presidente da República vai formalizar o seu compromisso solene com todos os brasileiros. Livre de amarras. Na plenitude de suas responsabilidades pessoais e intransferíveis como Chefe da Nação.